

# PREPARAR A GREVE GERAL DE 48 HORAS!

Derrotar as reformas e colocar na cadeia Temer e todos os corruptos do congresso!

Pág. 03



Greve Geral de 28 de abril mostrou: É possível vencer!

Págs. 04-05

## EDITORIAL

Nota oficial da Secretaria Executiva Nacional da CSP- Conlutas sobre a crise política instalada no Brasil

Pág. 02

## GIRO NOS ÓRGÃOS

Inmet, MT, AGU/PGFN, Aposentados e Pensionistas e Ipen

Págs. 06-07

## ATIVIDADES

1º de Maio Classista / Nova rodada de palestra sobre a Reforma da Previdência / Dica cultural

Pág. 08

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

# 172

MAIO/2017

FILIADO À





## Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas publica nota oficial sobre a crise política instalada no Brasil

**M**arço foi um mês muito interessante. As manifestações dos dias 8, 15 e 31/03 (das quais uma boa parcela dos servidores participaram) mostraram a todos que a classe trabalhadora não aceita ser ainda mais penalizada para salvar os ricos da crise que eles próprios criaram. Para que seus lucros continuem crescendo, querem tirar ainda mais os poucos direitos conquistados pelos trabalhadores.

A delação da JBS anunciada na noite desta quarta-feira (17), que comprova o envolvimento do presidente Michel Temer (PMDB) na compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), preso em outubro de 2016, derruba a cortina de fumaça que escondia o grau de envolvimento deste governo com a corrupção.

Essa delação comprova que as reformas e os projetos propostos pelo governo Temer estavam vinculados a um grande esquema que atendia somente a interesses próprios. E as reformas trabalhista e da Previdência são ferramentas para a permanência desse grande esquema em que os beneficiados são banqueiros, grandes empresas e agonegócios, tudo à base da corrupção. É toma lá, dá cá, como já acontecia nos governos anteriores.

Diante dos fatos expostos, a CSP-Conlutas reafirma que nem Michel Temer nem os políticos do Congresso Nacional têm moral para aprovar ou mesmo pautar projetos que retirem direitos e rebaixem conquistas dos trabalhadores. Essas conquistas são fruto de décadas de luta da classe trabalhadora, como por exemplo, a aposentadoria e os direitos contidos na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). Tão pou-

co vamos aceitar que este congresso corrupto tente impor qualquer alternativa que implique na continuidade do atual regime.

No atual cenário é totalmente insustentável a manutenção de Michel Temer no governo. Se ele não renunciou, cairá sob as mãos do povo. A CSP-Conlutas convoca todos os trabalhadores do Brasil a ocuparem as ruas desde hoje e a fortalecerem ainda mais a marcha a Brasília. Cem mil serão poucos na capital federal no próximo dia 24 de maio. Organizar e fortalecer os comitês de base nos locais de trabalho, por bairros, escolas, universidades, entre categorias, movimentos populares e juventude.

Basta! Vamos às ruas por todo o país desde já. Vamos ocupar Brasília e preparar a Greve Geral de 48 horas.

A força da Greve Geral de 28 de abril e os dias nacionais de luta em 8 e 15 de março mostraram que os trabalhadores e o povo têm condições de parar este país, para colocar abaixo este governo e enterrar as suas reformas. É necessário que as centrais sindicais convoquem imediatamente uma nova Greve Geral, desta vez de 48 horas.

- Fora Temer e os políticos corruptos do Congresso Nacional, já.
- Retirada dos projetos de reformas trabalhista e da Previdência.
- Revogação da lei de terceirização, da reforma de ensino médio e da Emenda Constitucional 95.
- Prisão aos corruptos e corruptores e confisco dos bens.
- Greve Geral de 48 horas!

*CSP-Conlutas  
18 de maio de 2017*



PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2017	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
SALDO INICIAL	R\$ 102.805,78	R\$ 117.224,17	R\$ 119.722,10
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 160.001,36	R\$ 190.213,24	R\$ 191.937,69
<b>DESPESAS</b>			
ADMINISTRATIVO	R\$ 19.001,69	R\$ 21.325,89	R\$ 31.214,46
FUNCIONÁRIOS	R\$ 51.360,98	R\$ 71.696,22	R\$ 76.987,89
SINDICAL	R\$ 18.789,99	R\$ 39.894,26	R\$ 45.897,56
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS	R\$ 35.379,82	R\$ 36.700,48	R\$ 38.846,67
IMPRENSA	R\$ 2.733,54	R\$ 4.475,14	R\$ 18.976,59
CORREIOS	R\$ 4.530,80	R\$ 252,69	R\$ 3.126,98
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 8.780,30	R\$ 9.850,00	R\$ 9.987,59
VEICULO	R\$ 978,81	R\$ 1.264,39	R\$ 689,89
TELEFONES	R\$ 4.027,04	R\$ 2.256,24	R\$ 5.119,55
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 145.582,97	R\$ 187.715,31	R\$ 230.847,18
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 14.418,39	R\$ 24.97,93	R\$ -38.909,49
SALDO FINAL	R\$ 117.224,17	R\$ 119.722,10	R\$ 80.812,61

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

### Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001  
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br) | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)  
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Forma Certa - Soluções gráficas personalizadas



# PREPARAR A GREVE GERAL DE 48 HORAS!

**Derrotar as reformas e colocar na cadeia Temer e todos os corruptos do congresso!**

O relator da Reforma Trabalhista, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse ao GLOBO que, diante da crise institucional vivida pelo governo, a tramitação do projeto no Senado Federal está suspensa temporariamente. “A crise institucional é devastadora. Não tem condição de manutenção do calendário. Primeiro precisamos resolver a crise institucional. Tudo suspenso!”.

Integrantes da equipe econômica já descartam a aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre deste ano, conforme vinha defendendo o Planalto. Agora, a expectativa é de paralisação e se as discussões ficarem para o segundo semestre, porém com chances mínimas de aprovação por

causa da proximidade das eleições em 2018.”

O deputado Beto Mansur (PRB-SP), que está auxiliando o governo na comunicação da Previdência, admitiu que os últimos acontecimentos comprometem o cronograma da reforma. “Sem dúvida que o cronograma ficou muito prejudicado. A gente já estava apertado com o número de votos” — disse Mansur ao GLOB0.

Há uma crise institucional no país e, até que isso se resolva, tudo ficará parado. As delações dos donos da JBS, envolvendo diretamente o presidente Michel Temer jogam muita incerteza sobre o futuro político do país e o rumo das reformas, sobretudo da Previdência.



Foto: Romerito Pontes



**Aposentadoria e direitos trabalhistas ficam, Temer sai!**

Temer foi gravado por um dos donos da JBS, Joesley Batista, dando aval para o pagamento do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, preso em Curitiba. A notícia caiu como uma bomba sobre o governo, que já amargava baixíssimos índices de popularidade (somente 4% de aprovação).

Diante do relato do empresário de que Cunha vinha recebendo uma mesada para ficar quieto, Temer teria dito: “Tem que manter isso, viu?”. Aécio Neves também teria sido pego em flagrante, pedindo R\$ 2 milhões a Joesley para arcar com sua defesa na Lava Jato. Tudo isso teria sido filmado pela Polícia Federal, e as malas de dinheiro rastreadas, no marco de um acordo de delação premiada firmado pelos donos da JBS (os irmãos Joesley e Wesley).

O Congresso Nacional e o governo, metidos até o pescoço em denúncias de corrupção, agora mais do que nunca, não tem legitimidade para continuar votando as reformas da pre-

vidência e trabalhista, assim como as terceirizações.

É preciso colocar para fora o governo Temer e, ao mesmo tempo, impedir que seja o Congresso e o STF a decidir quem vai governar. Não temos ilusões nas eleições e na falsa democracia dos ricos, controladas pelo poder econômico. Mas, não podemos aceitar a eleição do presidente pelo Congresso, e nem que esses corruptos permaneçam votando reformas que acabam com os direitos dos trabalhadores. Vamos derrubar o governo e exigir Eleições Gerais já, para Presidente, Deputado, Senador e demais cargos.

Por isso, é preciso ocupar as ruas! As centrais sindicais precisam aceitar a proposta da CSP-Conlutas e convocar a Greve Geral de 48 horas e uma jornada de atos unificados, que possam colocar milhões nas ruas, para derrubar Temer, todos os corruptos do Congresso e as reformas que tanto prejudicam os trabalhadores!



# Greve Geral de 28 de abril mostrou que é possível vencer

**Agora é construir a greve de 48 horas para derrotar as reformas da Previdência e trabalhista!**

**E**m todo o Brasil, diversas categorias aderiram à Greve Geral no dia 28 de abril. Os servidores federais em muitos estados, com destaque para São Paulo, também foram protagonistas desta data histórica.

Os trabalhadores do transporte, metroviários e rodoviários, assim como ocorreu no dia 15 de março, foram fundamentais para a luta, indo à greve em 18 capitais. Além destes, trabalhadores dos Correios, bancários e servidores da educação estiveram entre aqueles que deram mais peso ao movimento grevista, com atividades de norte a sul do país. Pararam massivamente também os trabalhadores do campo. Em muitos lugares, o comércio fechou.

Onde foram convocados atos unitários, estes foram massivos. Em



Foto: Romerio Pontes

alguns municípios do Nordeste foram até mesmo maiores que os protestos de junho de 2013, mas, dessa vez, com a cara da classe trabalhadora.

“A greve abrangeu as pequenas e grandes cidades, com ações de trabalhadores, do movimento popular, da juventude, que revelam a indignação em relação à reforma trabalhista, da

Previdência, a revolta contra este governo corrupto da Odebrecht, que não tem moral para arrancar nossa aposentadoria.”, relatou o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, numa entrevista coletiva de imprensa, ocorrida no mesmo dia, no Centro de São Paulo.

A Greve Geral de 28 de abril teve uma referência relevante na história de luta da classe trabalhadora brasileira. Há exatamente 100 anos, em 1917, foi realizada a primeira Greve Geral no Brasil. Se antes a luta era para obter direitos que resultaram na elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desta vez, a greve foi em defesa dos direitos conquistados, contra as reformas da Previdência e Trabalhista e a terceirização.

## Temer deve cair com suas reformas

Possivelmente, a greve de 28 de abril foi a maior Greve Geral já realizada pós a ditadura militar, a maior que vivemos desde 1989. Foi um amplo movimento unitário com a participação efetiva de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do país.

Aconteceram desde os bloqueios de vias, piquetes em fábricas, em obras e em garagens, às ações de grandes parcelas dos movimentos populares sem-teto, sem-terra, quilombola e indígena. Além desses, o funcionalismo federal, estadual e municipal, assim como a juventude e os que lutam contra as opressões, demonstraram enorme disposição para derrotar as reformas deste governo e congresso corruptos.

Depois dos últimos escândalos noticiados, o governo Temer não se sustenta. Com ou sem ele, a única sa-

ída para barrar os ataques é realizar uma greve ainda maior e ir às ruas. Essa é a prioridade: Vamos empurrar o Temer com suas reformas junto. Caso contrário, muda o governo e as reformas ficam. Nas próximas décadas, pode ser que o povo não lembre de todas as denúncias e gravações, mas, se aprovadas as reformas, irá sentir os efeitos desastrosos em suas vidas por muito tempo.

Os trabalhadores responderam ao chamado unitário e aderiram à Greve Geral de 28 de abril, defendida inicialmente pela CSP-Conlutas e depois incorporado pelas demais centrais, como produto de uma forte luta política amparada em uma pressão “embaixo”, motivada pela indignação do povo pobre contra as reformas e contra o governo.

O próximo passo será o #Ocupe-



Foto: Romerio Pontes

Brasília, no dia 24 de maio. Mas, as centrais sindicais se comprometeram, ainda, em nota publicada que, se o calendário do mês de maio não for suficiente, será organizada uma nova Greve Geral: “Se isso ainda não bastar, as centrais sindicais assumem o compromisso de organizar uma Greve Geral ainda mais forte do que foi o 28 de abril”, afirma a nota.

É preciso dar continuidade às mobilizações. No marco da luta contra as reformas, devemos exigir a retirada integral de todas as propostas de reformas retrógradas. Agora, não é hora de negociar migalhas, é hora de ir para cima, é hora de ocupar Brasília no dia 24 de maio, como parte da construção de uma nova greve geral de 48 horas.



# Paramos o Brasil de norte a sul! Podemos fazer mais!

A CSP-Conlutas divulgou a lista das categorias que pararam no dia de Greve Geral e o Sindsef-SP fez um apanhado de todo o país. Há ainda aquelas que não encontramos divulgação. Confira:

## Norte

Rodoviários, bancários, professores da rede pública e, em alguns casos, de escolas particulares, servidores - municipais, estaduais e/ou federais - pararam no **Amapá**, o **Amazonas**, no **Pará** e em **Roraima**. Trabalhadores dos Correios aderiram à greve no Pará e no Amazonas. Em Roraima, cruzaram os braços os enfermeiros. No Pará, trabalhadores do INSS, urbanitários, Policiais Civis, operários da construção civil e servidores da Saúde. No Amazonas, metalúrgicos, portuários e comerciários. Houve uma ocupação de 300 famílias sem-teto nomeada Novo Aleppo, em homenagem à luta do povo sírio.



## Nordeste

Os rodoviários, bancários e trabalhadores dos Correios pararam de 60 a 100% em todas as capitais do nordeste. Além destes, aderiram:

**Alagoas:** Servidores da justiça federal, educação pública e privada, Polícia Civil, técnicos e docentes da universidade e do instituto federal, servidores municipais, INSS, M. da Fazenda, químicos e petroleiros, urbanitários e trabalhadores rurais.

**Bahia:** Servidores municipais, servidores e docentes de universidades e institutos federais, servidores federais, metalúrgicos e petroleiros.

**Ceará:** Trabalhadores da construção civil e servidores das universidades e institutos federais.

**Rio Grande do Norte:** Servidores da saúde estadual, servidores federais e professores de Natal.

**Sergipe:** Petroleiros, trabalhadores de gesso e cal, servidores e docentes de universidades federais e servidores do INSS.

**Paraíba:** Docentes e servidores das universidades e instituições federais de ensino, servidores municipais de Bayeux.

**Pernambuco:** Professores da rede estadual de ensino, servidores e docentes de universidades e institutos federais, petroleiros e metroviários.

**Maranhão:** Servidores do judiciário federal.

**Piauí:** Servidores municipais de Teresina.



Foto: Lara Tapety

## Sudeste

Rodoviários, bancários, trabalhadores dos Correios e previdenciários aderiram à Greve Geral nas capitais de todos os estados da região, assim como docentes e técnicos das instituições federais de ensino, seja universidades e/ou institutos. Servidores do executivo e judiciário federal e trabalhadores da educação estadual e municipal e de escolas privadas fortaleceram o movimento nacional em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além destes, pararam:

**São Paulo:** Ferroviários, metroviários, metalúrgicos, trabalhadores da alimentação, químicos, petroleiros, aeroviários, eletricitários, portuários de Santos, mototaxistas, trabalhadores de conservação e limpeza urbana da Baixada Santista.



**Rio de Janeiro:** Comerciários da baixada fluminense, petroleiros, portuários e eletricitários.

**Espírito Santo:** Portuários e comerciários parcialmente.

**Minas Gerais:** Metalúrgicos, metroviários, trabalhadores da educação municipal, gráficos, servidores municipais e trabalhadores da saúde privada.

## Centro-Oeste

**DF:** Metroviários, rodoviários, bancários e servidores públicos federais (universidades, órgãos, autarquias e instituições de ensino).

**Goiás:** Bancário, servidores e professores de escolas públicas e particulares, servidores públicos estaduais e federais e trabalhadores ruais.

**Mato Grosso:** Servidores do judiciário federal.



## Sul



**Paraná:** Servidores federais, docentes e técnicos administrativos das universidades federais, metalúrgicos da grande Curitiba.

**Rio Grande do Sul:** Metroviários, servidores da saúde, professores da rede pública e privada, metalúrgicos, sapateiros, servidores e docentes de universidades federais e comerciários.

**Santa Catarina:** Servidores federais, docentes e técnicos administrativos das universidades federais, estaduais e municipais, professores da rede pública estadual e das escolas privadas, metalúrgicos, eletricitários, trabalhadores da saúde estadual.



### INMET

## Servidores exigem reconhecimento e valorização

A luta por reconhecimento e valorização profissional dos servidores do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) se arrasta há anos. Porém, em 2012, foram surpreendidos com a publicação da Lei 12.702/12, que enquadrou o Instituto e seus futuros servidores na carreira de Ciência e Tecnologia, mas vetou os funcionários já existentes.

O governo federal, em uma ação discriminatória e extremamente injusta, desconsiderou a dedicação e competência dos servidores que, com muito trabalho, elevaram o INMET ao patamar de representante oficial do Brasil junto à Organização Meteorológica Mundial da ONU.

Desde então, os funcionários travam uma batalha pela inclusão na carreira de Ciência e Tecnologia. O Ministério da Agricultura, ao qual o Inmet é vinculado, enviou um aviso ministerial, acompanhado de uma nota técnica, reconhecendo a importância



do trabalho desenvolvido pelos atuais servidores e solicitando ao Ministério do Planejamento que atendesse o pleito e solucionasse o conflito.

Houve ainda manifestação favorável da Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), entidade que representa os profissionais do setor

no Brasil. Vale ressaltar que estamos falando de um impacto financeiro mínimo, pois o enquadramento atenderia cerca de 500 servidores.

Em 2014 foi aprovada a realização de um concurso para o Instituto. No entanto, por questões técnicas, o concurso foi anulado pelo Tribunal

Regional Federal do Distrito Federal. Caso tivesse sido concluído, a categoria estaria dividida em servidores NOVOS e ANTIGOS, com salários e benefícios alarmantemente diferentes, embora exercendo as mesmas funções.

“Dividir servidores que exercem a mesma função em classes distintas é fragmentar o serviço público, gerando insatisfação e desvalorização do trabalhador e desqualificando o serviço público. Os profissionais que fazem parte do processo histórico de desenvolvimento do INMET merecem e exigem respeito!”, desabafam em um manifesto.

Os anos se passaram, o governo mudou, mas nada de concreto foi feito para solucionar esta injustiça. Os servidores do Inmet, continuam lutando!

Nos próximos dias o Sindsef-SP pretende agendar assembleia com os servidores do órgão para discutir a organização no local de trabalho e a participação nas atividades do sindicato.

### MT

## Sindsef-SP encaminha reivindicações dos servidores ao Ministro do Trabalho

Dias antes da Greve Geral, que parou o país, os servidores do Ministério do Trabalho receberam, perplexos, uma série de e-mails contendo ameaças de corte ponto e proibindo a fixação de materiais de divulgação do movimento.

A diretoria do Sindsef-SP, ao tomar conhecimento destes comunicados, encaminhou ao ministro da pasta, Ronaldo Nogueira, um requerimento administrativo questionando estas medidas arbitrárias, que visavam impedir a adesão da categoria na paralisação, e pedindo a revogação desses atos administrativos. O documento foi protocolado em Brasília.

O sindicato elencou os principais fatos que culminaram na deflagração da greve geral: Contra a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista e contra a Lei da Terceirização. Vale ressaltar, que não se trata de uma deman-



da específica do setor, e sim, a adesão da categoria ao movimento nacional, convocado unitariamente pelas Centrais Sindicais, diante de um conjunto de ataques promovidos pelo Governo Federal.

Para garantir a participação dos servidores, o Sindsef-SP, obedecendo a legislação em vigor, cumpriu todas as providências cabíveis. Como aprovação em Assembleia Geral Estadual, divulgação de edital em meios de comunicação

de massa e envio de comunicado à todos os órgãos onde tem representação.

### Pedido de reunião

O Sindsef-SP vem buscando, em vão, uma reunião com o superintendente da SRT/SP - Superintendência Regional do Trabalho no estado de São Paulo, Eduardo Anastasi, para tratar das questões específicas, e estabelecer um canal de diálogo, de interesse dos servidores.

Em fevereiro foi protocolado o pe-

dido da reunião, com a apresentação dos nomes que compõem a comissão que representa a categoria, mas nenhuma resposta foi apresentada. Na última assembleia realizada no órgão, os diretores do Sindsef-SP se dirigiram ao gabinete e deixaram agendado uma data, conforme disponibilidade prevista na agenda dele. Mas o encontro não se confirmou, e nem mesmo há indicativo de uma nova data para a necessária reunião.



## AGU / PGFN

## Servidores querem a aprovação da PEC-AGU

O Projeto de Lei 6788/17, do Poder Executivo, em análise na Câmara, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União (PEC-AGU), incorporando servidores do atual quadro de pessoal técnico-administrativo do órgão. Se aprovada, essa medida atende uma antiga reivindicação dos servidores não integrantes de carreiras estruturadas que se encontram em exercício na AGU e integram o Plano de Classificação de Cargos (PCC).

Quem também acompanha atentamente a tramitação deste projeto, são os servidores lotados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Estes trabalhadores, em 2015 e 2016, realizaram várias mobilizações pela inclusão deles no PEC-AGU, que em 2016 foi vetado pelo Presidente Temer.

Mas a atual conjuntura política, deixa todos apreensivos, pois o Congresso Nacional e o Senado Federal, formado em sua maioria por parlamentares envolvidos neste mar de corrupção, estão completamente paralisados.



Foto: Fábria Corrêa

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS

## Incorporação das gratificações é adiada mais uma vez



Foto: Fábria Corrêa

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), mais uma vez, decepiona milhares de aposentados e pensionistas que aguardam a incorporação da gratificação no salário base, conforme os acordos de greve celebrados em 2015.

Os pagamentos já foram adiados em duas ocasiões: a primeira, em janeiro; e a segunda, em abril. O Planejamento alega que ainda não teria concluído a implantação do sistema de processamento que liberaria os pagamentos.

Apenas aqueles que já assinaram termo de opção terão direito a receber os valores atualizados. Segundo o acordo assinado em 2015, o aposentado

/ pensionista que assinar o termo de opção passaria a receber os novos valores, que serão escalonados até 2019, a partir de janeiro desse ano.

Como o atraso foi responsabilidade do Planejamento, aqueles que fizeram a opção terão direito ao pagamento retroativo. Mas é preciso frisar, que essa retroatividade só é assegurada a partir da assinatura do termo de opção.

**Assembleia** – No dia 3 de maio, os aposentados e pensionistas filiados ao Sindsef-SP se reuniram em assembleia estadual, onde acompanharam uma breve análise de conjuntura, feita pelo Secretário Geral do Sindicato, Hide Takiishe. Na ocasião, tam-

bém foram atualizados sobre as ações jurídicas.

Na sequência, foi realizada a palestra sobre a proposta de Reforma da Previdência que, se aprovada, irá afetar as novas gerações e, em consequência, aumentar a exploração dos aposentados, que em muitos lares já são a única fonte de renda da família.

Os presentes assistiram a exibição do filme “Eu, Daniel Blake”, que aborda as dificuldades enfrentadas por um trabalhador após sofrer um ataque cardíaco. “Um filme duro, triste, que remete ao que acabamos de ouvir na assembleia”, comenta sensibilizada a aposentada e diretora do Sindicato, Rita Bedran.

## IPEN

## TRF3 considera indevida cobrança de contribuição previdenciária sobre GEPR

Os servidores do Ipen receberam uma boa notícia! O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) determinou suspensão da contribuição previdenciária sobre a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR).

A ação proposta pelo Departamento Jurídico do Sindsef-SP, através da advogada Daniela Coletto, é uma significativa vitória para os servidores. Em primeira instância,

a 2ª Vara Federal de São Paulo/SP já havia concedido a antecipação da tutela (liminar) atendendo ao pleito do sindicato e impedindo o desconto dos valores pela autarquia federal.

Na sentença, o relator do processo, o desembargador federal Souza Ribeiro, explica que a GEPR é uma gratificação transitória e não integra os proventos de aposentadoria e pensão, sendo paga somente aos servidores ativos, nos termos

previstos no artigo 285, da Lei 11.907/2010, que a instituiu.

Os magistrados acataram a argumentação da advogada do Sindsef-SP e reconheceram que a cobrança é indevida não há razoabilidade na alegação da União quanto à exigibilidade de contribuição previdenciária sobre vantagem percebida pelos funcionários do Instituto.

Ao negar provimento ao agravo de instrumento, a Segunda Turma lembrou que os servidores estão

submetidos ao recolhimento previsto no artigo 4º da Lei 10.887/04, na redação dada pela Lei 12.518/2012, o qual, no seu parágrafo 1º, prevê exclusões da base de cálculo da contribuição previdenciária.

O processo já teve duas decisões favoráveis aos servidores. No entanto, a sentença ainda não é definitiva, mas o departamento jurídico está acompanhando o andamento e atuando em defesa dos interesses da categoria.



## Sindsef-SP inicia nova rodada de palestra sobre a Reforma da Previdência

O Sindsef-SP, ciente da importância de manter a agenda de atividades contra a Reforma da Previdência, realizou uma palestra para abordar as alterações que estão prontas para ir à votação no plenário da Câmara dos Deputados. A atividade ocorreu no Ipen, no dia 18/05.

César Lignelli, membro do Departamento Jurídico do Sindsef-SP, foi convidado para explicar as mudanças propostas, e já aprovadas na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, pelo relator Arthur Maia (PPS/BA).

Segundo o advogado, no geral, mesmo contendo alguns recuos, a proposta segue sendo extremamente ruim para o conjunto dos trabalhadores. Mas, no tocante aos servidores públicos, as regras ficaram piores.

Como por exemplo, o fim das diferenças entre o regime geral e o



Foto: Fábria Corrêa

público; e o aumento da idade mínima dos atuais 55/60, para 62/65 anos, respectivamente para mulheres e homens. Ele comentou, que no serviço público já é exigida a idade mínima para aposentadoria, desde a Emenda Constitucional 20/98.

Outra importante mudança prejudica gravemente aqueles servidores que estão as vésperas de se aposentar,

alguns inclusive já pagando pedágios referente a outras reformas, eles serão obrigados a permanecer na ativa até os 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, para garantir a integralidade e paridade nos benefícios.

*A palestra pode ser assistida através do link: <http://videoconferencia.ipen.br/p9dges3myy4/>*

## 1º de Maio Classista

O 1º de maio - Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora deu continuidade as mobilizações e protestos em defesa dos direitos trabalhista e sociais, iniciados com a Greve Geral realizada no dia de 28 de abril. Durante as comemorações deste ano, trabalhadores voltaram às ruas com as mesmas bandeiras levantadas no 28A, contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência e contra a Lei da Terceirização, além de repudiar a corrupção do governo e do “Congresso da Odebrecht”.

A CSP-Conlutas participou dos atos do 1º de Maio em diferentes cidades, reafirmando o compromisso de seguir em unidade para derrotar as propostas do governo Temer, nem que, para isso, seja necessário repetir a dose, só que agora com uma Greve Geral de 48 horas para forçar o recuo do governo nos ataques.



Foto: Romerito Pontes

Em São Paulo, os ativistas do Sindsef-SP fortaleceram a coluna da CSP-Conlutas, no tradicional Ato Classista, realizado na Praça da Sé. Neste ato os ativistas denunciaram a violência e a criminalização das lutas que ocorreram no dia 28 de Abril, com a prisão e agressão à ativistas em

diversas partes do país.

A CSP-Conlutas ressaltou a necessidade de aprofundar as lutas e, a partir dos comitês contras as reformas já consolidados, seguir organizando as mobilizações para enfrentar a repressão das polícias e os duros ataques do governo.

## DICA CULTURAL

Para ampliar a sua experiência de leitura, o Catraca Livre fez uma lista com sites nacionais e internacionais onde é possível baixar livros e ler online de maneira legal e, o melhor, de graça.



Confira algumas opções:

**1. Universia** – Reúne biografias de cineastas, textos científicos sobre comunicação e clássicos da literatura universal.

**2. Brasiliana** – O site da Universidade de São Paulo (USP) disponibiliza para download livros raros e documentos históricos, manuscritos e imagens.

**3. Blog Midia8** – Página reúne links de livros sobre comunicação em português, inglês e espanhol para ler online e fazer download.

**4. Casa de José de Alencar** – A Biblioteca Virtual disponibiliza suas obras, incluindo romances e peças de teatro.

**5. Portal Domínio Público** - Biblioteca virtual criada para divulgar clássicos da literatura mundial.

**6. Saraiva** – O leitor precisa apenas fazer um cadastro e baixar o aplicativo de leitura para ter acesso às obras disponibilizadas para download.

**7. Machado de Assis** – Criado pelo MEC, o site disponibiliza a obra completa do escritor.

**8. eBooks Brasil** – Oferece livros eletrônicos gratuitamente em diversos formatos.

*A lista completa pode ser conferida no link abaixo:*  
<http://bit.ly/catracalivrebooks>